

O CONCEITO DE INTENCIONALIDADE EM HUSSERL

Euder Daniane Canuto Monteiro*

Resumo: Este artigo visa entender o que o conceito de intencionalidade significa e em que sentido ele é utilizado pela Fenomenologia. Procuraremos ainda perceber e explicitar melhor como se constitui, nessa abordagem teórica, a relação entre sujeito e objeto e o que se pode entender aqui por sujeito e objeto e como essa perspectiva teórica implica numa mudança de compreensão na filosofia, principalmente para a teoria do conhecimento.

Palavras-chave: Fenomenologia, Intencionalidade, Consciência, Intuição categorial, Conhecimento, Husserl.

Abstract: This article aims to understand what the concept of intentionality means and in what sense it is used by Phenomenology. We will also try to better understand and explain how the relationship between subject and object is constituted in this theoretical approach and what can be understood here by subject and object and how this theoretical perspective implies a change in understanding in philosophy, especially for the theory of knowledge.

Keywords: Phenomenology, Intentionality, Consciousness, Categorical Intuition, Knowledge, Husserl.

Introdução

Quando falamos de Edmund Husserl necessariamente pensamos em Fenomenologia, uma ciência a que este autor contemporâneo se dedicou com grande afinco. E ao falarmos de Fenomenologia pensamos imediatamente no conceito “Intencionalidade”, pois, como lembra Sokolowski (2002, p. 21, tradução nossa), “a doutrina central da fenomenologia é o ensinamento que todo ato da consciência que realizamos, toda experiência que temos, é intencional: é essencialmente ‘consciência de’ ou ‘experiência de’ uma coisa ou outra”¹.

* Euder Daniane Canuto Monteiro é sacerdote diocesano da Arquidiocese de Mariana, em Minas Gerais; cursou Teologia no Seminário São José, de Mariana – MG; Diretor da Etapa do Discipulado do Seminário Maior São José, de Mariana-MG; Professor de Filosofia na Faculdade Dom Luciano Mendes; Professor de Ética e Teoria do Conhecimento no Seminário Maior “Dom José André Coimbra”, em Patos de Minas; Especialista em Filosofia Moderna pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Mestre em Filosofia Teórica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, na Itália; Doutorando em Filosofia na Universidade Federal de Ouro Preto – MG.

¹ *La dottrina centrale della fenomenologia è l'insegnamento che ogni atto della coscienza che realizziamo, ogni esperienza che abbiamo, è intenzionale: è essenzialmente “coscienza di” o “esperienza di” una cosa o l'altra.*

De fato, o próprio Husserl é quem afirma: “Passemos agora a uma peculiaridade dos vividos que pode ser indicada de fato como o tema geral da fenomenologia ‘objetivamente’ orientada, isto é, à intencionalidade” (HUSSERL, 2002, § 84, tradução nossa)².

Por isso, torna-se indispensável para nosso estudo entender o que este conceito significa de fato e em que sentido ele é utilizado pela Fenomenologia. Neste nosso trabalho acadêmico é exatamente isso que abordaremos, procurando ainda perceber e explicitar melhor como se constitui nessa abordagem teórica a relação entre sujeito e objeto e o que se pode entender aqui por sujeito e objeto.

1. Pressupostos

Um primeiro aspecto que precisa ser considerado no início de nossa argumentação é o que é a Fenomenologia. Sabemos que ela é uma escola filosófica cujo pai e mestre é Edmund Husserl. Essa ciência começou a ser desenvolvida na Alemanha em fins do século 19 e na primeira metade do século XX (ALES BELLO, 2006, p. 17).

A nomenclatura utilizada, “fenomenologia”, formada de duas partes originadas de palavras gregas, já diz muito por si mesmo do seu significado. O termo “fenômeno”, em grego, *phainómenon*, é proveniente do verbo grego *phainestai* e significa “mostrar-se”. Daí que *phainómenon* refere-se àquilo que se mostra, que se revela. Segundo Heidegger, já em si mesmo, porém, *phainestai* é a forma média de *phaíno* que significa “trazer para a luz do dia, pôr no claro”. O verbo *phaíno* pertence à raiz *pha*, como *phós*, que se traduz por luz, claridade, isto é, o elemento, o meio, em que alguma coisa pode vir a se revelar e a se tornar visível em si mesma. Daí que “fenômeno” é o que se revela, o que se mostra em si mesmo, diz respeito ao que está à luz do dia ou se pode pôr à luz. Os gregos identificavam estes “fenômenos” como a totalidade de tudo que é, os entes (*tà ónta*) (HEIDEGGER, 2018, §7, 29-31).

² *Passiamo ora a una peculiarità dei vissuti che può essere indicata addirittura come il tema generale della fenomenologia “oggettivamente” orientata, cioè all’intenzionalità.*

Já o termo “logia”, como sabemos, tem origem na palavra grega *logos* que podia, entre os gregos, traduzir-se de diversos modos, ou seja, tratava-se de um termo polissêmico. Para ir ao essencial, Heidegger lembra que como “fala”, *logos* quer significar “revelar aquilo de que trata a fala”, ou seja, o *logos* faz e deixa ver aquilo sobre o que se discorre e o faz para quem fala e para todos aqueles que falam uns com os outros. Neste sentido, entende-se o *logos* como *apófansis*, isto é, sua função é deixar e fazer ver algo e só por isso ele pode ter a forma estrutural de *síntesis* entendendo que síntese aqui não se refere à combinação de representações, mas, sobretudo no sentido de que indica deixar e fazer ver algo como algo, na medida em que se dá *em conjunto* com outro (*syn*). Para Heidegger, pois, somente porque o *logos* reside num puro deixar e fazer ver o ente é que *logos* pode significar “razão”. Usa-se *logos* não só no sentido de *légein*, mas também no sentido de *legómenon*, o que se mostra como tal, e porque isso nada mais é do que o *hipokeímenon*, ou seja, aquilo que é ao mesmo tempo fundo e fundamento, *logos* enquanto *legómenon* se pode traduzir por *ratio*, que significa fundamento (HEIDEGGER, 2018, §7, 32-34).

Ales Bello, de modo mais usual, lembra que normalmente traduzimos *logos*, especialmente, por palavra e pensamento. Ela diz que, se tomamos *logos* como pensamento, como capacidade de refletir, então, podemos dizer que, em palavras simples, “fenomenologia” seria uma reflexão sobre aquilo que se mostra e como se mostra³. Evidentemente, se falamos de um mostrar-se de algo, devemos, por conseguinte, fazer referência também ao fato de que quando alguma coisa se mostra, ela se mostra a nós, ao ser humano. Nessa perspectiva, ainda, deve-se ter claro que mais do que a coisa física ou abstrata que está diante de nós ou o próprio sujeito diante de quem tal coisa está ou se apresenta, para a fenomenologia o mais importante é a busca do significado, do sentido daquilo que se mostra. Trata-se, pois, de buscar o sentido das coisas que se mostram a nós, sejam estas de ordem física, cultural, religiosa etc. O fenômeno, portanto, refere-se ao sentido de tudo aquilo que se manifesta a nós (ALES BELLO, 2006, p. 17-19)⁴.

³ O conceito preliminar de Fenomenologia é *apophainestai tà phainomena*, que ele traduz como “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo” (HEIDEGGER, 2018, § 7, 34).

⁴ José Luiz Furtado afirma a esse respeito que a percepção, para Husserl, uma vez “reduzida”, contém apenas o sentido da coisa e por isso não possui qualquer característica física, de modo que jamais poderia ser incendiado, mesmo que se tratasse do sentido de um objeto percebido, por exemplo, uma “macieira em chamas” (FURTADO, 2019, p. 154).

O segundo aspecto de que devemos ter clareza, antes de desenvolver nosso argumento principal, é que a noção fenomenológica de “intenção” não deve ser confundida com aquele tipo de intenção que, no uso comum, frequentemente, é entendida como aquele propósito que nós temos em mente quando fazemos algo. Isso significa dizer que a noção de intencionalidade não diz respeito aqui à teoria da ação humana, mas se aplica primariamente à teoria do conhecimento. Assim, quando usamos em fenomenologia o termo “intenção” e o termo “intencionalidade” devemos pensá-los como termos que signifiquem primariamente intenção mental ou cognoscitiva, mas não prática (SOKOLOWSKI, 2002, p. 21-22)⁵.

Um terceiro aspecto que devemos destacar, até mesmo para compreender a importância deste conceito “intencionalidade” para a História da Filosofia e, em especial, para a Teoria do Conhecimento, é que: embora pareça óbvia a ideia de que toda consciência é consciência de alguma coisa, de que toda experiência é experiência de um objeto de qualquer tipo, na filosofia, a partir das tradições cartesiana, hobbesiana e lockiana, que passou a dominar a nossa cultura, o que estava sobressaindo até então realmente não era esse aspecto aparentemente óbvio, mas a compreensão de que quando somos conscientes, somos primariamente conscientes de nós mesmos ou das nossas ideias. Nesse sentido, o que realmente predominava nas abordagens gnosiológicas era uma condição egocêntrica⁶, não era de fato a relação, mas o aspecto subjetivo das impressões e dos conceitos, o aspecto lógico, o pensamento, a *res cogitans* (SOKOLOWSKI, 2002, p. 22-24). Sobre isso afirma ainda Sokolowski (2002, p. 22-23, tradução nossa):

Impressões e conceitos existem neste espaço fechado, neste círculo de ideias e de experiências, e a nossa consciência se refere diretamente a estes, não diretamente as coisas “fora” [...] Chegamos às coisas somente raciocinando a

⁵ É importante destacar que os termos “intencionalidade”, “intencional” quase sempre indicavam alguma coisa que dissesse respeito de fato à vontade, a um ato humano, representativo ou volitivo. Inicialmente, essa noção foi muito usada no campo prático para fazer referência a alguma coisa desejada, amada. Daí provém o significado ordinário do termo “intenção” que não coincide, entretanto, com o seu uso pela Fenomenologia (MELCHIORRE, 2006, p. 5741).

⁶ De fato, Descartes enfrentará em sua terceira meditação esse grande problema, criado por ele mesmo em sua abordagem filosófica, de como sair desse âmbito restrito e fechado do *Cogito* procurando um princípio de abertura que lhe permita encontrar o mundo fora do sujeito. É a partir da pesquisa sobre os conteúdos do pensamento, as ideias, que Descartes acredita encontrar essa via de acesso do *Cogito* ao mundo: a afirmação de uma *res infinita*, Deus. Como causa extrínseca da realidade objetiva das ideias, Deus rompia no sistema cartesiano o fechamento do *Cogito* ao mundo externo, que pode ser então afirmado como *res extensa*. Deus se torna garantia de toda verdade (PIEPADE, 2006, p. 95-101; 191).

partir das nossas impressões mentais, não porque elas nos são apresentadas. A nossa consciência, em primeiro lugar, não é de modo nenhum “de” algo⁷.

Essas observações prévias se fazem pertinentes porque nos permitem entender a novidade dessa proposta fenomenológica da intencionalidade que, como veremos, tem o mérito ou pelo menos o propósito de restabelecer filosoficamente a dimensão da relação numa perspectiva de respeito à dimensão subjetiva e objetiva do conhecimento.

2. Principais influências na formação do conceito

O pensamento de Husserl, no que diz respeito à sua proposta fenomenológica e ao conceito de Intencionalidade da consciência, é profundamente influenciado por dois de seus contemporâneos, Franz Brentano e Gottlob Frege.

Franz Brentano, filósofo e psicólogo alemão, foi o mestre de Husserl, que nos anos 1884-1886, o introduziu na filosofia e lhe forneceu os elementos fundamentais de sua pesquisa. Ele se interessava pela psicologia, mas por uma psicologia chamada de descritiva, como uma tentativa de superação do positivismo e do empirismo reinantes da época. Ele se esforçou para estabelecer um conhecimento radical e ao mesmo tempo válido. Assim, desenvolveu uma psicologia do ponto de vista empírico nesta perspectiva: de que esta deveria descrever os atos da consciência. Sua principal contribuição foi distinguir os fenômenos psíquicos, que comportam uma intencionalidade, isto é, que tendem a um objeto, dos fenômenos físicos⁸. Depois, afirmou que esses fenômenos psíquicos podem ser percebidos e que o modo de percepção original que deles temos constitui o seu conhecimento fundamental (PIRES, 2012, p. 289-291).

Segundo Brentano, uma característica fundamental dos fenômenos psíquicos, diferentemente daqueles físicos, é o que pode ser chamado de “in-existência intencional de um objeto”, formulada igualmente como relação a um conteúdo ou como direcionada

⁷ *Impressioni e concetti esistono in quello spazio chiuso, in questo circolo di idee ed esperienze, e la nostra consapevolezza è diretta ad esse, non direttamente alle cose “fuori”... Giungiamo alle cose solo ragionando a partire dalle nostre impressioni mentali, non perché ci sono presentate. La nostra consapevolezza, in primo luogo, non è affatto “di” qualcosa.*

⁸ Embora sejam fenômenos ligados entre si, o fenômeno psíquico se distingue daquele físico porque há em si uma referência a outro, a um objeto, que o segundo não possui (FORNI, 1973, p. 12).

a um objeto. Esse aspecto da “in-existência”⁹ precisa ser bem compreendido por nós. Esse termo não se refere àquilo que não existe, como se poderia pensar, mas, ao contrário, se refere àquilo que existe dentro. Ou seja, aquilo que é intencional não pode ser outra coisa que dentro do existente, mas um existente entendido de modo amplo como tudo aquilo que existe na mente (PIEDADE, 2006, p. 198).

Em palavras simples, poderíamos dizer que a intencionalidade em Brentano não se refere apenas a uma objetividade física, mas também e, sobretudo, à objetividade psíquica, isto é, se refere àquele objeto que já está “na” mente seja este real ou não no mundo físico¹⁰. Existe na consciência. Trata-se de um objeto imanente ao sujeito. Essa imanência do objeto é propriamente o ato intencional. Não há aqui uma divisão, sujeito de uma parte e objeto de outra parte. Há uma co-presença. Objeto e sujeito são co-presentes. O objeto é sempre em mim de qualquer modo. Sempre que penso, penso em alguma coisa. Afirma-se aqui, portanto, a existência de objetos intencionais que se opõem aos objetos reais. O objeto intencional seria imanente à consciência (PIRES, 2012, p. 291). Brentano, por essa sua afirmação da imanência do objeto ao sujeito¹¹ e a necessidade de se dedicar ao estudo dos atos intencionais psíquicos como fundamento do conhecimento, foi acusado de cair no psicologismo. Husserl, um de seus grandes discípulos, é um dos filósofos que, curiosamente, se contraporá com radicalidade a esse seu psicologismo.

Seu conhecimento de Brentano lhe deu a possibilidade de perceber as insuficiências das ciências humanas tais como elas se desenvolviam por volta dos anos 1900. Inspirado talvez pelas críticas de Dilthey, em sua obra *Ideias concernentes a uma psicologia descritiva e analítica* (1894), que Husserl aliás bem conhecia, ele, embora não depreciasse os resultados das ciências experimentais, rejeitava, porém, veementemente o naturalismo

⁹ “In-existência” é um termo usado por Brentano como uma tradução sua do termo medieval escolástico *in-esse* que literalmente significa “ser em” e que foi utilizado para expressar a inerência de um acidente *a* (*em*) uma substância. Exemplos: o conhecimento reside naquele que conhece ou a brancura reside no papel branco (MORAN; COHEN, 2012, p. 162).

¹⁰ Dermot Moran ilustra essa afirmação quando procura apresentar as principais diferenças de interpretação da relação intencional entre Brentano e Twardowski. Afirma que o ato psíquico se refere a uma intencionalidade que encontra uma objetividade imanente e que esta objetividade se constitui por uma coisa que pode ser ou não real, mas que é presente à consciência (MORAN, 2000, p. 57). Um ato intencional pode ser dirigido a um objeto que pode ou não existir (MORAN; COHEN, 2012, p. 162).

¹¹ A intencionalidade brentaniana é, pois, entendida como fenômeno psíquico, como “portadora de um objeto imanente”: na representação a coisa é simplesmente presente à consciência. Aquilo que então define a intencionalidade não é a coisa intencionada, mas o modo de intencioná-la (MELCHIORRE, 2006, p. 5741-5742).

dessas ciências que, sem determinar precisamente seu objeto confundiam as causas exteriores de um fenômeno com a natureza própria deste fenômeno (DARTIGUES, 1973, p. 18-20).

Outro pensador que exerceu importante influência sobre o pensamento husserliano foi Frege. Embora o pensamento deste último não teve grande repercussão em sua época porque as suas preocupações não condiziam com as preocupações de seu momento histórico, foi considerado o pai da lógica contemporânea (filosofia analítica) e de fato teve grande relevância para Husserl a sua argumentação. Enquanto a matemática estava sendo considerada por muitos como uma ciência natural, a filosofia afastava-se dela e se aproximava mais às ciências históricas. Mas, da parte de Frege, havia uma preocupação no estabelecimento dos fundamentos da matemática, da aritmética e das leis lógicas. Nesta perspectiva, o principal alvo da crítica de Frege foi o psicologismo. Husserl herdou essa polêmica a partir de suas críticas. Na verdade, Husserl foi acusado também por Frege de psicologismo. Para Frege, o problema se encontra quando a psicologia tenta estabelecer o conhecimento a partir do subjetivo, reduzindo os conhecimentos e conceitos da matemática e da lógica a realidades psíquicas. Isso também foi fundamental para a virada antipsicologista do posicionamento teórico filosófico de Husserl¹² (PIRES, 2012, p. 292-293).

Após breve apresentação dessas influências, passamos agora ao conceito de intencionalidade como é propriamente entendido em Husserl.

3. Intencionalidade em Husserl

A perspectiva de Brentano, no que diz respeito à formulação do conceito de intencionalidade, é retomada de um modo decisivo por Husserl, mas com uma interpretação muito particular e até mesmo, em algum sentido, diversa. Husserl insiste em definir a intencionalidade como o modo próprio de relação entre o sujeito e o objeto da consciência, diferente de Brentano que insistia mais em considerar a intencionalidade

¹² De fato, depois de ter abandonado, graças às críticas de Frege, o seu inicial psicologismo, que não poderia evitar nem o subjetivismo nem o relativismo, nas suas *Investigações Lógicas* Husserl se dedicou a uma reflexão sobre os aspectos lógicos e, portanto, objetivos, do conhecimento (CORVI, 2011, p. 13).

meramente como fenômeno psíquico¹³ (MELCHIORRE, 2006, p. 5742). Diz Husserl (2002, § 84, tradução nossa):

Nós entendemos por intencionalidade a propriedade dos vividos de ser “consciência *de* qualquer coisa”. [...] nos deparamos antes de tudo analisando o *cogito* explícito: um perceber é perceber de alguma coisa [...]; um julgar é julgar de um estado de coisas; um valorar é valorar de um estado de valores; um desejar é desejar de um estado de desejos, etc¹⁴.

Assim, a consciência está sempre em relação com os objetos percebidos, doados e não mais fechada em si mesma como na concepção cartesiana. A intencionalidade é o que permite a consciência sair de si mesma em direção aos fenômenos, tornando então possível uma correlação entre os atos de consciência e os objetos constituídos por esses atos. Realmente, é assim que se pode compreender a intencionalidade da consciência como correlação, como aquilo que se dirige a alguma coisa (PIEPADE, 2006, p. 11). Diz Husserl: “Os vividos de conhecimento [...] têm uma intenção, intentam alguma coisa, referem-se de um modo ou de outro a uma objetualidade” (HUSSERL, 1992, IV lezione, § 90, tradução nossa)¹⁵.

Neste sentido poder-se-ia dizer que o conhecimento, nesta perspectiva fenomenológica, não se dá apenas no mundo da subjetividade porque a consciência em si não existe sem estar em relação a alguma coisa. Mas, por outro lado, tão pouco o conhecimento se dá apenas no mundo dos objetos exteriores, empíricos. De fato, neste sentido, o conhecimento se constitui não no fechamento do *cogito*, da subjetividade, nem na afirmação de um objeto aos moldes positivistas, mas na correlação entre sujeito e objeto, entre *cogito* (aquele que pensa) e *cogitatum* (aquilo que é pensado) (PIRES, 2012, p. 298-299).

De fato, é isso que parece afirmar Husserl (2002, §84) quando diz:

Em cada atual *cogito*, um «olhar» que se irradia do eu puro se dirige ao «objeto» daquele que de vez em vez é o correlato da consciência, à coisa

¹³ De fato, Husserl rejeita a tentativa de Brentano de distinguir entre fenômeno físico e psíquico, mas vê com bons olhos e com valor independente sua descoberta ou abordagem do tema da intencionalidade (MORAN; COHEN, 2012, p. 169).

¹⁴ *Noi intendemmo per intenzionalità la proprietà dei vissuti di essere “coscienza di qualche cosa” [...] ci imbattemmo dapprima analizzando il cogito esplicito: un percepire è percepire di qualcosa [...]; un giudicare è giudicare di uno stato di cose; un valutare è valutare di uno stato di valore; un desiderare è desiderare di uno stato di desiderio, ecc.*

¹⁵ *I vissuti di conoscenza [...] hanno un'intentio, intendono qualcosa, si riferiscono in una maniera o nell'altra a un'oggettualità.*

espacial, ao estado de coisas, etc., e realiza os diferentes modos em que a consciência pode ser a consciência deste objeto¹⁶.

É importante, porém, ter clareza que, embora Husserl fale de vividos intencionais e na palavra «intencionalidade» já esteja incluída a ideia de um *dirigir-se a* que tem o objeto como meta, não se poderia entender como husserliana aquela interpretação que, pressupondo uma certa separação entre a subjetividade e o objeto, propõe que a intencionalidade seria uma espécie de *atividade* subjetiva, resultado de um movimento necessário de abertura do sujeito frente ao objeto. Esse modo de compreender a intencionalidade da consciência é equivocado porque muitas vezes podemos dirigir a nossa atenção a um objeto que estamos procurando, mas isso não significa que nessa nossa ação os outros objetos que estão no entorno também não possam ser vistos por nós (COSTA; FRANZINI; SPINICCI, 2002, p. 94-95).

Assim se pode dizer que

[...] quando afirmamos que toda consciência é consciência de um objeto não indicamos absolutamente uma *arefa* que eu deva cumprir, mas constatamos um fato: cada vivido intencional nosso se refere por si mesmo a um objeto e dessa característica descritiva devemos simplesmente tomar consciência, *sem procurar justificá-la* à luz dos pressupostos de uma teoria qualquer da mente ou dos fenômenos psíquicos¹⁷ (COSTA; FRANZINI; SPINICCI, 2002, p. 95).

Outro aspecto de que não podemos nos esquecer é que na tese husserliana da intencionalidade da consciência, diferentemente de Brentano, como já salientamos de algum modo, o objeto intencional não é um objeto imanente de natureza mental porque “quando vejo as páginas deste livro, o objeto intencional do meu ver é exatamente este livro que está aqui, sobre a mesa, e não qualquer momento *interno* ao ato perceptivo”¹⁸ (COSTA; FRANZINI; SPINICCI, 2002, p. 95). Em outras palavras, nossos pensamentos figuram de modo exato a realidade.

Sobre o conceito de intencionalidade é interessante ainda apresentar uma distinção conceitual. Husserl chama de *noese* a atividade da consciência, aquela modalidade

¹⁶ *In ogni attuale cogito, uno “sguardo” che si irradia dall’io puro si dirige verso l’ “oggetto” di quello che di volta in volta è il correlato di coscienza, alla cosa spaziale, allo stato di cose, ecc., e realizza i differenti modi in cui la coscienza può essere la coscienza di questo oggetto.*

¹⁷ [...] quando asseriamo che ogni coscienza è coscienza di un oggetto non indichiamo affatto un compito cui l’io debba adempiere, ma constatiamo un fatto: ogni nostro vissuto intenzionale si riferisce di per sé a un oggetto e di questa caratteristica descrittiva dobbiamo semplicemente prendere atto, senza cercare di giustificarla alla luce dei presupposti di una qualche teoria della mente o dei fenomeni psichici.

¹⁸ *quando vedo le pagine di questo libro, l’oggetto intenzionale del mio vedere è proprio questo libro che è qui, sul tavolo, e non qualche momento interno all’atto perceptivo.*

intencional conferidora de sentido através da qual uma sensação se torna capaz de manifestação de alguma coisa ao sujeito e chama de *noema* ou objeto intencional aquele objeto constituído por essa atividade, o sentido encontrado na relação entre a consciência e o elemento sensorial¹⁹ (CIMINO, COSTA, 2012, p. 62-63).

Como percebemos até agora em nosso percurso, a consciência contém em si estruturalmente uma relação com o objeto ou com o mundo. Essa estrutura de correlação de que falamos entre o sujeito e o objeto marca a intencionalidade e toda forma de consciência intencional. Por isso, se faz necessário destacar que existem diversas formas em que essa relação se pode dar. Assim, conseqüentemente existem também para Husserl diversas formas da consciência intencional, quais sejam a percepção, a memória, a imaginação e os objetos categoriais²⁰. Tendo em vista a limitação de nosso trabalho quanto ao tempo e às exigências próprias de um artigo como este, devemos nos restringir a esta última forma de consciência intencional, que se refere aos objetos categoriais, e à qual se relaciona um tipo específico de intuição chamado de intuição categorial. Ate-mos a esta porque ela diz respeito propriamente àquela que Husserl concebe como sendo a intuição própria da Fenomenologia enquanto ciência pura e capaz de fundamentação de todas as outras (PIE-DADE, 2006, p. 197).

¹⁹ Pode-se aprofundar este tema lendo HUSSERL, 2002, § 87.

²⁰ Na percepção o objeto se dá de modo direto em *carne e ossa*. O objeto percebido em uma percepção sensível comporta um modo de *datità*, um modo de dar-se próprio, caracterizado pela parcialidade da apresentação. O dar-se do objeto nesse modo da intencionalidade da consciência é sempre parcial porque sempre o tomamos sob o modo que se apresenta num ou noutro momento, sob perspectivas diferentes, mas é sempre o mesmo objeto idêntico que se dá. Na memória, a identidade do objeto é dada de outro modo, o objeto é recordado. A recordação possui uma estrutura própria, isto é, dispõe de uma outra estrutura de doação ou apresentação mediante as quais o mesmo objeto nos é dado. A memória apresenta também o objeto como a percepção, mas enquanto o objeto é apresentado como objeto do passado, objeto recordado e não como objeto do presente atual. Na imaginação o sujeito vive em uma situação não real e em um espaço e tempo não reais. Enquanto a memória funciona com base na crença (aquilo de que me recordo realmente aconteceu), a imaginação é caracterizada pela suspensão da crença em função de um modo de uma situação irreal, na qual se pode pensar “como se”. As coisas que imagino são marcadas por essa “irrealidade” e por isso não produzem o mesmo efeito em mim como as coisas recordadas na memória. Entretanto, o objeto imaginado permanece idêntico na multiplicidade de suas apresentações porque a livre fantasia não goza de uma liberdade absoluta, tendo em vista que o objeto imaginado impõe certas restrições sobre o que se pode imaginar, fantasiar. Para aprofundamento dessas formas aqui superficialmente sintetizadas, pode-se ler com mais detalhes PIE-DADE, 2006, p. 197-208.

4. Objetos categoriais e Intuição categorial

Todas as outras três formas de intencionalidade, a percepção, a memória e a imaginação têm em comum o fato de que são formas que carregam consigo um aspecto muito concreto. Já esta última, que procuramos apresentar nesse momento, a estrutura intencional dos objetos categoriais, tem uma característica muito mais abstrata e racional. Diz respeito à estrutura intencional do juízo predicativo, isto é, se cumpre no ato de predicar o de dizer alguma coisa sobre qualquer coisa. Diz Piedade (2006, p. 209, tradução nossa):

A intencionalidade categorial exprime a nossa capacidade de julgar e de formar proposições mediante algumas operações lógicas. Como exemplo, podemos determinar e articular o objeto simples “casa” em um objeto categorial ou um estado de fato: a casa é grande. Esse estado de fato “a casa é grande” é um objeto categorial. A passagem ao objeto categorial é a passagem das intenções simples às intenções mais complexas, da percepção à intelecção²¹.

Assim, se pode compreender que a estrutura intencional própria dos objetos categoriais se constitui por uma relação que se estabelece entre a parte e o todo. Essa relação ocorre como consequência de três etapas principais: a percepção dos diversos modos em que uma determinada coisa se apresenta; a concentração específica da atenção em uma das partes da coisa a que nos dirigimos, ainda dentro de um processo de percepção contínua; e, por fim, um rompimento com essa percepção contínua e o estabelecimento de uma relação entre a parte (centro da atenção) e o todo (percepção dos diversos modos de se apresentar daquela determinada coisa), que permite uma nova situação, um novo estado de fato que se constitui, passando da sensibilidade da percepção à intelecção do pensamento e do juízo²². Essa passagem é a base da linguagem enquanto esta é expressão

²¹ *L'intenzionalità categoriale esprime la nostra capacità di giudicare e di formare proposizioni mediante alcune operazioni logiche. Ad esempio, possiamo determinare e articolare l'oggetto semplice “casa” in un oggetto categoriale o uno stato di fatto: la casa è grande. Questo stato di fatto “la casa è grande” è un oggetto categoriale. Il passaggio all'oggetto categoriale è il passaggio dalle intenzioni semplici alle intenzioni più complesse, dalla percezione all'intellezione.*

²² É interessante pensar que o processo gnosiológico na fenomenologia ocorre de modo “gradativo”, visando chegar, como acredita Husserl, à inteligência da essência. Para este autor, a fenomenologia pura ou transcendental não é, de fato, fundada como ciência de “dados de fato”, mas como “ciência de essência” ou eidética (HUSSERL, 2002, § 4). Enquanto em Husserl, embora não se reduza somente ao dado de fato, a intuição categorial não dispensa sua base empírica (a percepção sensível), em Kant se afirma uma intuição pura, *a priori*, forma da sensibilidade, que não pressupõe a relação com o objeto. É uma intuição que precede o objeto da experiência e que não é capaz das coisas como são em si mesmas, porque estas não são objetos de nossos sentidos. Ou seja, essa inteligência da essência não seria possível em Kant, porque segundo ele somos capazes apenas de uma intuição sensível e não intelectual (KANT, 1980, § 7, 8 e 9).

de nosso pensamento, de nossos juízos mediante sua estrutura própria de relação entre sujeito e predicado. Somente a intencionalidade categorial ou a intuição categorial é capaz dessa passagem porque somente no nível da intelecção existe essa possibilidade de articular as partes com o todo (PIEDADE, 2006, p. 209-210; 229).

Mas, é importante ter clareza de que essa passagem da percepção sensível ao juízo, embora comporte uma mudança importante da estrutura da intencionalidade que passa a corresponder ao que chamamos de intuição categorial, a intuição específica subjacente à linguagem e à verdade, esta não seria possível sem os atos simples e fundados²³ da percepção sensível. Busca-se afirmar, portanto, que existe uma relação estreita entre a percepção sensível e o ato do juízo. Isso significa que os objetos da percepção sensível são importantes para a constituição da intuição categorial²⁴, mas a intuição categorial não se resolve simplesmente na síntese dos atos perceptivos simples (no nível da percepção sensível), pois esta produz um novo estado de fato, um novo objeto que, por natureza própria, não poderia ser dado em simples atos da percepção, o objeto propriamente chamado de categorial (PIEDADE, 2006, p. 226-227)²⁵.

Considerações finais

Depois dessa tentativa de apresentar, em linhas gerais, o que é o Conceito de Intencionalidade em Husserl, chegamos à conclusão de que este autor da Fenomenologia propõe um conhecimento fundado na relação entre o sujeito e o objeto. Mas, entendemos a complexidade dessa relação que não pode ser traduzida simplesmente como um sujeito

²³ Ato simples é toda intuição simples, toda percepção sensível, que tem como característica dar o seu objeto de modo direto, imediato. É um ato que não se apoia sobre atos mais complexos como a generalização ou a predicção, por exemplo. Ao contrário, os atos fundados são mais complexos e são formados por outros atos que, em última instância, se reportam ao ato simples da percepção. Tratam-se de um complexo de atos como, por exemplo: afirmar, negar, generalizar, atribuir um predicado ao sujeito etc. Importante frisar que estes atos não coexistem e não se reportam de modo arbitrário aos atos originários. É exatamente nestes atos fundados que encontramos o caráter específico do categorial (PIEDADE, 2006, p. 225).

²⁴ Para aprofundamento da distinção husserliana entre intuições sensíveis e intuições categoriais, se pode ler a primeira investigação e a primeira e a segunda parte da sexta investigação em *Ricerche logiche*. Na sexta investigação, especialmente o capítulo quarto.

²⁵ Enquanto o objeto sensível da percepção é aquele que se constitui em um ato simples da percepção sem recurso a outros atos mais complexos, quais sejam o ato de ligar, de distinguir, de predicar etc, os atos mais complexos são atos fundados, ou seja, dotados de uma estrutura mais complexa, que os deixam lançados a um nível superior (PIEDADE, 2006, p. 224).

colocado de uma parte e um objeto colocado de outra parte, o mundo físico, que se relacionam como coisas estanques que se encontram por acaso.

Trata-se, antes, de compreender que no processo do conhecimento Husserl concebe o tema da intencionalidade como a saída mais eficaz para uma verdadeira compreensão dessa relação, pois, o que existe, quando falamos de conhecimento, não é um sujeito fechado em si mesmo (*cogito* cartesiano), mas uma consciência relacional, isto é, existe no sujeito essa dimensão da intencionalidade de sua consciência que se constitui exatamente pelo seu direcionar-se “a algo”, de modo tal, que sem esse aspecto de sua direcionalidade a alguma coisa sequer poderia ser também alguma coisa. E, de outro lado, há também o objeto, que se apresenta à consciência, na sua *datità*, e nessa relação, se torna tal. Este objeto não é apenas um objeto físico, mas todo objeto que se apresenta à consciência, a ela se manifestando como tal. Mas este objeto, meta da intencionalidade da consciência, também não pode ser entendido somente como um objeto da mente, como entendia Brentano, pois este é o objeto mesmo enquanto em sua *datità* absoluta.

Aqui, se diz não haver um dualismo sujeito e objeto porque a mediação ocorre por meio de uma correlação segundo a qual se falta uma das partes do processo, não há também a outra. Não há consciência sem objeto e não há objeto sem consciência, se nos referimos ao conhecimento.²⁶ A unidade entre o ato de conhecer e o objeto que é conhecido encontra na fenomenologia, na ciência do fenômeno, isto é, da consciência enquanto manifestação de si mesma e das significações objetivas, a possibilidade de instauração da “filosofia como uma ciência rigorosa”.

Referências bibliográficas

ALES BELLO, Angela. *Introdução à Fenomenologia*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CIMINO, A.; COSTA, V. (ed.). *Storia della fenomenologia*. Roma: Carocci, 2012.

²⁶ De fato, o ponto de vista intencional considera como um absurdo o pressuposto teórico de que o “eu” e o “mundo objetivo” (o sujeito e o objeto) devem entrar em relação no ato cognoscitivo, mantendo-se já, como se isso fosse possível, previamente, como “eu” e como “realidade objetiva” antes mesmo de entrar nessa relação (RAGGIUNTI, 1981, p. 27).

- CORVI, R. (ed.). *La teoria della conoscenza nel novecento*. 9 ed. Torino: Utet Università 2011.
- COSTA, V. *Husserl*. Roma: Carocci, 2009.
- COSTA, V., FRANZINI, E., SPINICCI, P. *La fenomenologia*. Torino: Einaudi, 2002.
- DARTIGUES, A. *O que é a fenomenologia?* Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- FORNI, G. *Fenomenologia*. Milano: Marzorati, 1973.
- FURTADO, J. L. *Verdade na Fenomenologia de Husserl*. Ouro Preto: UFOP, 2019.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2018.
- HUSSERL, E. *Prolegomeni a una logica pura* (1900). In: _____. *Ricerche logiche*, Milano: Il Saggiatore, 2015.
- _____. *L'idea della fenomenologia* (1907, Gottinga). C. Sini, ed., Bari-Roma: Laterza, 1992.
- _____. *Idee per una fenomenologia pura e per una filosofia fenomenologica* (Vol. 1, 1913). V. Costa, ed., Torino: Einaudi, 2002.
- KANT, I., *Prolegômenos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Col. Os Pensadores).
- MELCHIORRE, V. Intenzionalità. In: FONDAZIONI CENTRO STUDI FILOSOFICI DI GALLARATE, *Enciclopedia Filosofica*, Vol. VI. Milano: Bompiani, 2006, p. 5741 – 5742.
- MORAN, D. *Introduction to Phenomenology*. London: Routledge, 2000.
- MORAN, D.; COHEN, J. Inexistence, Intentionality. In: _____. *The Husserl Dictionary*, London – New York: Continuum, 2012.
- PIEDEDE, J. I. *La sfida del sapere: dalla rappresentazione all'intenzionalità*. Bari: Giuseppe Laterza, 2006.
- PIRES, J. J. Considerações sobre o Conceito de Intencionalidade, *Kínesis*, vol. IV, n° 07, julho 2012, p. 286-302.
- SOKOLOWSKI, R. *Introduzione alla fenomenologia*. Roma: Università della Santa Croce, 2002.
- RAGGIUNTI, R. *Introduzione a Husserl*. Roma-Bari: Laterza, 1981.
- VOLTOLINI, A., CALABI, C. *I problemi dell'intenzionalità*. Torino: Einaudi, 2009.